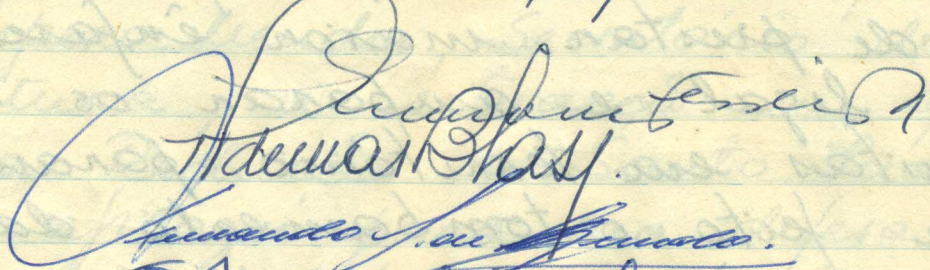
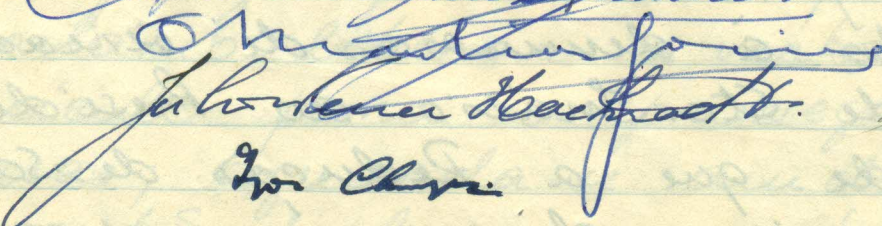


Rose Mary Moreira

via para ser tratado, deu por encerrada a sessão, e eu, Galma Guimarães Alves, Secretária do Conselho, lavei a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada, pelos Conselheiros presentes.


 Eurico Marques Ferrera
 Presidente

 Juliano Werner Hackradt
 2º. Chave

Ata da vigésima reunião do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico.

Ao vigésimo dia do mês de maio, de mil novecentos e sessenta e quatro, na sala de reuniões do Departamento de Cultura, à rua Cruz Machado, sessenta e seis, décimo-terceiro andar, com a presença dos subleitos Conselheiros Eurico Marques Ferrera, presidente, Oldemar Blasi, Oscar Martins Gomes, Fernando Corrêa de Azevedo, Major Júlio Werner Hackradt, Igor Chymz e Galma Guimarães Alves, secretária, teve lugar a vigésima sessão do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico. O Presidente Eurico Marques Ferrera abre a sessão e, antes de ler a pauta da reunião, sugere à secretária apresentar o novo conselheiro, representante da Quinta Região Militar, Major Juliano Werner Hackradt, após o que, em obediência à pauta, passa a secretária a ler

o relatório das atividades da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, de janeiro à maio do presente ano, que constou do seguinte: 2) Levantamentos com finalidade de tombamento: I- Reduções jesuíticas: com o intuito de prestar maior ênfase a sua preservação legal e amparar os remanescentes jesuítas em território paranaense, deverá ser feito o tombamento das mesmas. Levado à denominação de vereador do município de Sto. Inácio ao Presidente da República, de que a Redução de Santo Inácio, no município do mesmo nome, está sendo destruída pela construção de uma estrada dentro da área da reserva, ainda, o proprietário da referida estrada aberto uma estrada dentro das próprias ruínas; tomadas as providências legais cabíveis no caso, foi consultado o Conselheiro Oldemar Blum, chefe da seção de Arqueologia, do Museu Paranaense, sobre as pesquisas que já vem realizando naquele local; por solicitação desta chefia, cedeu o conselheiro, à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, uma planta topográfica, sob a sua orientação levantada e confeccionada, das ruínas da Redução de Santo Inácio, estando nela localizadas, as construções ilegalmente feitas e o traçado da estrada. Com a chefia da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, o Dr. Fernando Rocha, chefe da Divisão

Flonestal e o Capitão Aníbal Candido Molina, chefe do Corpo de Polícia Flonestal da Secretaria de Agricultura e o Professor Odeimar Blasi, chefe da seção de Arqueologia do Museu Paranaense expuseram ao Sr. Vespino Mendes, Secretário de Educação e Cultura, a situação em que se encontra a Redução de Santo Inácio, pedindo meios eficazes para sua defesa. Prometeu o Secretário liberar a verba e conseguir um veículo para o prosseguimento das pesquisas; aguarda-se ainda o relatório do Capitão Molina - que foi neste mês à Santo Inácio - sobre a situação dos posseiros que têm roça dentro da área e que não mais terão permissão para prosseguir com tal trabalho. Para o tombamento é necessário que se tenha a área exata da Redução, uma vez que, a área total da Reserva cabe ao Patrimônio Flonestal preservar. Quanto às Reservas de Vila Rica, São Tomé e Arcânjelo a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico solicitou as plantas existentes na Divisão Flonestal da Secretaria de Agricultura, mas, as mesmas não demandam os remanescentes das construções jesuíticas.

II - Estudos preliminares estão sendo efetuados para o tombamento paisagístico das áreas do Parque Flonestal de Vila Velha, incluindo Furnas e Lagoa Dourada; da área do pico Marumbi e trecho da estrada da Graciosa.

III - Levantamento da do

documentação indispensável, para efeito de tombamento, da Prefeitura Municipal de Curitiba e da Casa de Alfredo Andersen. IV - Planeja-se, também, documentar casa, sita à rua Comendador Araújo, hoje pertencente ao Senhor Nassen e que desaparecerá em breve. V - Terminado o trabalho de levantamento topográfico da Fonte, junto ao rio Itiberê, em Paranaguá, será encaminhado o processo de tombamento à Câmara de Vereadores daquela cidade. B) O seton de documentação, em slides coloridos, está sendo dinamizado, tendo como finalidade a divulgação dos monumentos e da paisagem paranaense e, documentária, propriamente dita, completando o arquivo da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico. Esta documentação abrangerá, inicialmente, Curitiba e o litoral. Há o projeto, ainda, de documentação cinematográfica de Paranaguá, Ilha do Mel, Guaratuba, Antonina, Ponto de Curia e Morretes. Fuida a leitura do relatório pela Secretária, o conselheiro Oldeman Blasi pede a palavra para afirmar que toda a área da Reserva de São Francisco deverá ser preservada e não só os remanescentes dos Jesuítas, no que foi apoiado pelo conselheiro Izon Chymz. A Secretária lembra que o Patrimônio Florestal do Estado está encarregado da área total da Reserva.

Rose Mary Moura

e, sendo assim, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, tombará apenas a parte onde estão situados os remanescentes jesuíticos. O Presidente indaga ao Conselheiro Oldemar Blasi se os vestígios desses remanescentes são perfeitamente visíveis, obtendo o esclarecimento de que os remanescentes das construções possuem, em média, oitenta centímetros de altura. O Conselheiro Major Julio Werner Haekradt afirma que a Quinta Região Militar tem um mapa detalhado da região. O Conselheiro Fernando de Azevedo solicita informações sobre o que já foi efetivamente tombado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, respondendo à consulta a Secretaria informa que três igrejas se acham inseridas no Livro de Tombos Histórico: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e Igreja da Irmandade de São Benedito, em Paranaquá, e a Igreja de São Sebastião de Ponto de Cuia, no Município de Monnetes. O Conselheiro Fernando Conrã de Azevedo, indaga ainda do tombamento do sobrado sito à praça da Matriz, em Paranaquá, informando estar dependendo de dados burocráticos a serem fornecidos pela Prefeitura. Ainda com a palavra, o Conselheiro Fernando Conrã de Azevedo deseja saber quando será restaurada a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, em Paranaquá. O Presidente Emílio Marques Ferreira responde que com a libe-

raças de parte do crédito especial de seis milhões de cruzados, conseguido no ano passado, será realizada a restauração. O Conselheiro Oldeman Blasi sugere que se encaminhe Ofício ao Senhor Secretário de Educação e Cultura para reforçar o andamento do processo de liberação da terra. O Conselheiro Izon Chymz lembra que o estado da casa de Brasília Itiberê, sita à praça da Matriz, em Paranaíba, é lamentável. Concondando com ele, o Conselheiro Fernando Corrêa de Azevedo considera a importância histórica da casa, por ter nela ocorrido o nascimento de Brasília Itiberê e do Monsenhor Celso. Retomando a palavra o Conselheiro Izon Chymz lê relatório sobre o estado da Reserva de Guairá, cujas irregularidades, pedem um programa urgente de preservação e salvamento; as pesquisas que foram iniciadas em 1958, tiveram prosseguimento em 1963; exibindo fotografias o Conselheiro demonstrou que o incêndio que assolou parte do território paranaense, no ano passado, atingiu grande parte da Reserva, além disso, os posseiros que lá se encontram - um deles há trinta e sete anos - construíram casas e plantaram sobre os fazimentos; propôs o Conselheiro uma série de medidas para a preservação do que ainda resta, inclusive da nece,

dade de um guarda florestal para fiscalizar escavações de aventureiros e evitar acampamentos de caçadores sobre os remanescentes. Fuida a leitura do relatório, o Conselheiro Fernando Corrêa de Azevedo propõe que seja escolhido um dos moradores para a função de guarda da reserva, como medida mais prática a ser adotada. O Conselheiro Oldemar Blasi afirma que a Reserva do Guainá ainda não foi demarcada pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização e a Divisão Florestal, da Secretaria de Agricultura, não possui topógrafo, sendo, talvez, necessário, como foi proposto pela Secretária Dalma Guimarães Alves que se contrate um para seguir com a equipe que fará as pesquisas. O Conselheiro Major Julio Werner Haekradt sugere que se divulgue através de propaganda constante o significado do patrimônio histórico e artístico aos estudantes de engenharia, arquitetura e de cursos específicos da Faculdade de Filosofia. Sendo da mesma opinião, o Presidente Emílio Marques Ferreira menciona que a Lei Federal n.º 3.924 de 26 de julho de 1961, sobre os sambaquis, foi enviada a todas as Prefeituras do Estado, às escolas e às repartições públicas; solicita, pois, ao Conselheiro Izon Chymz que sugira a maneira objetiva de divulgação de seu trabalho para que ele não fique apenas em mãos de especialistas. A

Secretária Helena Guimarães Alves esclarece que tem divulgado o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico através de conferências e entrevistas nos jornais locais. O Conselheiro Oldeman Blasi sugere a formação de equipes de alunos pela necessidade de ampliar a pesquisa e o estudo, acrescentando ainda, que pretende em julho, deste ano, fazer o levantamento de mais quatro reduções. Em seguida, a Secretária pede a palavra para propor que seja marcada uma reunião especial para a discussão do regulamento do Conselho, último item da pauta da vigésima reunião. Havendo concordância de opiniões, a reunião extraordinária foi marcada para o próximo dia 29, às dezessete horas, no mesmo local. O Presidente Emílio Marques Ferreira, como nada mais havia para ser tratado deu por encerrada a sessão e eu, Helena Guimarães Alves, secretária do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai devidamente assinada, pelos Conselheiros presentes.